

A interioridade psicológica face aos novos regimes de visibilidade

The psychological interiority in the face of the new regimes of visibility

Pablo Severiano Benevides, Adolfo Jesiel Siebra Dias, Adryssa Bringel Dutra

Resumo

Os atuais regimes de visibilidade contemporâneos impõem novos questionamentos, ao mesmo tempo em que tensionam e desmontam diversos campo de saberes até então cravados ao longo da modernidade. Diante disto, o escopo deste artigo consiste em examinar as possíveis implicações, para os saberes psi, operados pela emergência de uma nova racionalidade política da vida que vem sendo materializada, sobretudo, nos novos regimes de visibilidade. Para tanto, percorreremos, no decorrer deste artigo, três etapas. Primeiramente, retomaremos uma discussão acerca do advento do saber psicológico na modernidade. Posteriormente, abordaremos algumas mudanças ocorridas no domínio das experiências subjetivas. E, por último, discutiremos se a existência desses dois domínios são efetivamente incompatíveis. Consideramos que, menos que um processo de substituição das explicações psicológicas por outras vinculadas ao campo biotecnológico, o que se irrompe atualmente consiste muito mais em uma reconfiguração extremamente complexa, que toma forma, sobretudo, mediante uma articulação entre vários campos de conhecimento.

Palavras-chave

interioridade psicológica, regime de visibilidade, biotecnologias.

Abstract

The present regimes of visibility impose new questions, while intending and dismantling various fields of knowledge so far embedded throughout modernity. Therewith, the scope of this article is to examine the possible implications for psi knowledge, operated by the emergence of a new political rationality of life that is being materialized, mainly, in the new regimes of visibility. Therefore, we will go through three stages in this article. Firstly, we will return to a discussion about the advent of psychological knowledge in modernity. Subsequently, we will discuss some changes in the domain of subjective experiences. Finally, we will discuss whether the existence of these two domains are effectively incompatible. We consider that, less than a process of substituting psychological explanations for others linked to the biotechnological field, what is currently erupting consists of a very complex reconfiguration, which takes shape, above all, through a link between various fields of knowledge.

Keywords

psychological inwardness, visibility regime, biotechnologies.

Pablo Severiano Benevides

Universidade Federal do Ceará

Professor Adjunto III do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará/Sobral e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará/Fortaleza. Doutor em Educação Pela UFC (2013) com Estágio de Doutorado-Sanduíche na UERJ (2012/2013) e Pós-Doutor em Filosofia da Educação pela Universitat de Barcelona (2016), período em que esteve como Profesor Invitado do Departament de Teoria i Història de l'Educació da mesma instituição.
pabloseverianobenevides@hotmail.com

Adolfo Jesiel Siebra

Universidade Federal do Ceará

Psicólogo. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), pertencente ao grupo de pesquisa Psicologia, Subjetividade e Sociedade e mais especificamente a linha de pesquisa Subjetividade, Arqueogenealogias e Educação. Bolsista de Mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).
jsiebradiaz@gmail.com

Adryssa Bringel Dutra

Universidade Federal do Ceará

Psicóloga. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade - LAPSUS. Desenvolve trabalhos no campo dos Estudos Foucaultianos, em especial nos seguintes temas: Produção da Subjetividade e Contemporaneidade, Sofrimento Psíquico, Novas Tecnologias, Medicalização da Vida e Sociedade da Transparência.
adryssa_bringel@hotmail.com

Introdução

Os atuais regimes de visibilidade impõem novos questionamentos, ao mesmo tempo em que tensionam e desmontam campos de saberes até então cravados ao longo da modernidade. Se até bem pouco tempo atrás obter tecnologias que possibilitassem a manipulação do material genético, produzir células-tronco e até mesmo visualizar/mapear o pensamento humano representava uma realidade distante ou quimérica, em nossa atualidade temas como estes tornaram-se familiares aos nossos ouvidos. Tais conteúdos podem ser vistos e acessados facilmente em jornais, revistas e documentários – mais ainda, podem ser percebidos permeando o cotidiano de uma grande parcela da população mundial que vem depositando nesses recursos técnicos a esperança em encontrar respostas para as suas aflições contemporâneas. São essas tecnologias que tornaram possível, por exemplo, transformar o cérebro, até então considerado um órgão intocável, de difícil manejo e acesso, em algo maleável, plástico e, conseqüentemente, modificável. E não só isso, essas novas tecnologias geraram novos modos de pensar acerca do cérebro, fazendo com que o teor fatalista e opaco que antes constituía as considerações a respeito desse objeto perdesse espaço para uma concepção que o toma enquanto moldável e reconfigurável – o que reinscreve o que antes considerávamos como claros os limites para qualquer intervenção, melhoramento ou manipulação tecnocientífica.

Diante desses acontecimentos, muitos estudiosos reconhecem/admitem que estaríamos entrando em um *século biotécnico* (ROSE, 2013), cuja marca distintiva seria o nascimento de um campo de saber intitulado biotecnologias. Elas passaram a ser consideradas enquanto um estoque inigualável dos “segredos” acerca da natureza humana, fazendo com que certas explicações psicológicas e culturais até então largamente adotadas no imaginário científico/social fossem colocadas em questão. Dentre as diversas noções enraizadas no modo de subjetivação contemporâneo que têm sofrido inúmeras investidas por parte dessas novas tecnologias, destaca-se a ofensiva direcionada à concepção de interioridade. Essa figura cujos saberes *psi* detinham o monopólio da “verdade” – também chamada popularmente de *alma, mente, consciência, individualidade* ou até mesmo de *subjetividade* – passou a ser alvo de questionamento pelos mais avançados instrumentos biotecnológicos. Com efeito, tal movimento fez com que o conhecimento psicológico – recurso quase exclusivo de interpretação/tradução dessa instância – fosse destituído de seu lugar privilegiado, visto que através desses novos aparatos, esse domínio também passou a ser inteligível para outros campos de saberes.

Com isso, a noção de interioridade vem adquirindo outros contornos (ROSE, 2014). O que antes se explicava em termos psicodinâmicos acerca da identidade e da diferença entre indivíduos tem sido gradativamente colonizado por explicações de teor cada vez mais molecular, privilegiando, sobretudo, a dimensão do somático enquanto novo território de visibilidade. Segundo Azambuja (2012, p.28)

[...] as técnicas de visualização contemporânea associadas às tecnologias para decomposição, manipulação, reprodução e assim por diante, da vida em âmbitos moleculares, redimensionam a ideia de interior do ser humanos e, por consequência, da imagem psicológica de nós mesmos

Por meio de mecanismos tecnológicos concebidos como extremamente avançados, as biotecnologias se colocam enquanto herdeiras de um sonho remoto – não consumado pela Psicologia – de um dia conseguir tornar visível, por inteira, a *natureza humana*. Como no caso das neurociências, por exemplo – ramificação desse campo de saber - que parecem ter a seu dispor o que até então a Psicologia não conseguiu executar, isto é, a capacidade de

“acessar, mostrar e manipular a ‘alma’” (AZAMBUJA, 2012, p. 30). Assim, menos que postular que a narrativa psicológica teria alcançado seu esgotamento e anunciar sua morte inevitável, o escopo desse artigo consiste em examinar os possíveis deslocamentos/implicações para os sabres *psi* (de modo particular para aqueles filiados ao paradigma da interioridade) operados pela emergência de uma nova racionalidade política da vida que vem sendo materializada, sobretudo, nos novos regimes de visibilidade.

Por conseguinte, na tentativa de nos situarmos nessa problemática que envolve a articulação entre as novas configurações biotecnológicas e o campo psicológico, percorreremos, no decorrer deste artigo, três etapas. Em um primeiro momento, retomaremos uma discussão acerca do advento do saber psicológico na modernidade, considerando que foram estes saberes que conferiam uma profundidade a essa forma-sujeito moderna, tornando possível esculpir a noção de uma interioridade dita psicológica. Em seguida, abordaremos algumas mudanças ocorridas no domínio das experiências subjetivas que engendraram certos deslocamentos que corroboraram para uma espécie de exteriorização da interioridade. Percorreremos alguns eventos que tornaram possível a produção desse reduto chamado interioridade (corpo íntimo), passando por uma mudança em sua compreensão de teor mais biológico (corpo somático), para enfim chegar no modo de entendimento contemporâneo acerca dessa instância, cujo princípio de análise tem sido pautado nos dados (corpo-informação). E, por último, no terceiro momento, discutiremos se a existência desses dois domínios - Psicológico e Biotecnológico - a princípio aparentemente díspares, são efetivamente incompatíveis, levando a acreditar que a existência de um remeteria necessariamente ao desaparecimento do outro.

A emergência do regime disciplinar e o advento dos saberes psicológicos

De acordo com Foucault (2002), em meados do século XVII para o início do século XVIII, se desenvolveu certo número de práticas, técnicas e regulamentações cujo alvo privilegiado de exercício foi “a realidade mais concreta do indivíduo”, o seu corpo, inserindo-o numa espécie de *maquinaria de poder*, uma *anatomia política do detalhe*, “que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2002, p. 119). A emergência desses mecanismos disciplinares, escreve Foucault (2002, p. 118),

[...] é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente.

Esses processos de controle dos corpos, que mais tarde serão reconhecidos enquanto constitutivos das sociedades modernas ou, como o pensador francês nomeia, “sociedades disciplinares”, se amparam num certo sistema de vigilância descontínuo em seus exercícios, porém permanente em seus efeitos. O funcionamento desse aparelho tecnológico – antes restrito a certas instituições, mas gradativamente propagado por sobre uma superfície cada vez mais vasta do corpo social – tornou viável, de maneira mais discreta e econômica, a observação contínua de indivíduos em relação tanto aos espaços que ocupam quanto à sua distribuição e circulação.

A partir do princípio consubstanciado no *Panóptico de Betham*, os indivíduos são submetidos a um jogo de olhar unidirecional, o qual se permite o máximo de visibilidade e *não ser visto*, fazendo com que o exercício de poder se aperfeiçoe, ao ganhar “em capacidade de penetração dos corpos dos homens” (FOUCAULT, 2002, p. 169). Isso ocorre ao mesmo tempo em que

“assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos” (FOUCAULT, 2002, p. 170). Há, portanto, uma ruptura com a obrigatoriedade irrestrita de uma figura representativa do *vigilante*, tendo em vista que o exercício de observação adquire um caráter independente e autônomo que não se vincula a qualquer pessoa ou função. No dizer de Foucault, o funcionamento dessa *máquina de ver* constitui uma espécie de *edifício transparente* “sutilmente arranjado para que um vigia possa observar, com uma olhadela, tantos indivíduos diferentes [do mesmo modo em que] permite também a qualquer pessoa vigiar o menor vigia” (FOUCAULT, 2002, p. 171).

Desse modo de exposição, decorrente de uma visibilidade maximizada, pormenorizada e interiorizada, “nasceu o homem do humanismo moderno” (FOUCAULT, 2002, p. 121). Foi também através de sua capacidade penetrante que essas múltiplas práticas de vigilância se tornaram um instrumento de adestramento para o indivíduo, sendo aplicados em diversas instâncias do tecido social, como a fábrica e a escola, em prol da otimização de sua utilidade. Estes âmbitos, sacralizados e prestigiados pelos psicólogos até os dias de hoje, constituíram o terreno fértil para o nascimento de uma modalidade de poder cujos efeitos ainda percebemos mesmo nas mais atuais reconfigurações dos dispositivos tecnológicos contemporâneos: o poder disciplinar.

Estas ciências com as que nossa ‘humanidade’ se encanta há mais de um século têm sua matriz técnica na minúcia tateante e maldosa das disciplinas. Estas são talvez, para a psicologia, a pedagogia, a psiquiatria e a criminologia, e para tantos outros estranhos conhecimentos, o que foi o terrível poder de inquérito para o saber calmo dos animais, das plantas ou da terra (FOUCAULT, 2002, p. 186).

Prado-Filho, Geraldini e Cardoso Filho (2014) sublinham que tais ferramentas de vigilância desdobraram-se nos domínios da Psicologia mediante o que poderíamos chamar atualmente de técnicas de observação e registro sistemático. Trata-se de um método visual de coleta de dados, que tenciona conhecer em detalhes certas verdades e características acerca do indivíduo por meio da análise de seu corpo, movimento, gestos e atitudes, assim como também de sua conduta e comportamento. Por meio de um olhar treinado, este método busca registrá-los, capturá-los e fotografá-los para, em seguida, situá-los em um determinado regime de regularidade científica.

A condicionalidade para a emergência das ciências humanas também é tributária do desenvolvimento - proveniente do exercício da disciplina - de um conjunto de instrumentos que serviram de apoio para o sucesso do poder disciplinar, a saber: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame. Dentre os três, salienta-se a relevância estratégica que os procedimentos de exame adquirem por conjurarem as práticas de vigilância e sanção e, com isso, abrir fendas e desencravar extratos da subjetividade para neles fazer incidir mecanismos de poder que não mais distinguem o ver e o vigiar - trata-se, pois, da formação de um regime de visibilidade que já é, na imanência de seu próprio aparecimento, um regime de vigilância.

Segundo Foucault (1997, p. 19), nenhum poder se exerce sem a “extração, a apropriação, a distribuição ou a retenção de um saber”. Assim, o exame assumirá uma atribuição central para a constituição das ciências ditas ‘do homem’ ao constituir, juntamente com outros processos, “o indivíduo como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto de saber” tornando-se a “matriz de todas as Psicologias, sociologias, psiquiatrias, em suma, do que se chama, ciências do homem” (FOUCAULT, 1997, p. 20). Desse modo, menos que buscado no ideário humanitário, nas filosofias

antigas, medievais ou modernas, nos divãs dos analistas ou mesmo nos laboratórios de psicofisiologia que se desenvolveram durante o século XIX/XX, o nascimento das ciências do homem e sua liberação epistemológica “deve ser procurado nesses arquivos de pouca glória onde foi elaborado o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos, os comportamentos” (FOUCAULT, 2002, p. 159). Por conseguinte, esses processos, constituídos por pequenas técnicas de observação, registros e anotações, irão operar um deslocamento nos processos de individualização. Isto porque, com o exercício do regime disciplinar

[...] passamos dos mecanismos históricos-rituais de formação da individualidade a mecanismos científicos-disciplinares, em que o normal tomou o lugar do ancestral, e a medida, o lugar do status, substituindo assim a individualidade do homem memorável pela do homem calculável, esse momento em que as ciências do homem se tornaram possíveis, é aquele em que foram postas em funcionamento uma nova tecnologia do poder e uma outra anatomia política do corpo (FOUCAULT, 2002, p. 161).

A emergência da noção de normal como conceito de referência no campo das ciências do homem está intimamente vinculada com a proveniência de uma certa tecnologia política que se formou durante as últimas décadas do século XVIII, a saber: a norma. Ela, a princípio, foi empregada pelo âmbito das ciências biológicas, como recurso “de comparação entre o indivíduo e sua espécie” (PRADO-FILHO, 2014, p. 119). Porém, ao migrar para o domínio das ciências do homem, ela adquire outro peso. Nesta esfera, assinalam Prado-Filho e Trisotto (2007, p. 10), suas questões ficaram voltadas a “uma idéia reguladora, mais moral que científica, poder sutil de comparação entre indivíduos, legitimado em procedimentos supostamente científicos, que não apenas inclui ou exclui numa faixa de normalidade construída, marcando os desvios, como ainda reconduz ao centro os desviantes”.

Um certo número de técnicas que irão surgir no solo da modernidade e que vão compor o terreno embrionário da Psicologia. E não apenas isso, observa Ferreira (2005), trata-se de um dado momento na história, o qual certas condições de possibilidade

[...] confluíram para a necessidade do conhecimento, da busca de uma natureza na individualidade e na interioridade humanas. Muito mais do que uma tomada de consciência, teria se produzido uma nova experiência da relação consigo e com os demais, em que um conhecimento disciplinado e naturalizado teria sido imposto como uma necessidade” (FERREIRA, 2005, p. 14).

Não é por acaso que Foucault (1999) aponta, em uma entrevista concedida a A. Badiou intitulada *Filosofia e Psicologia*, que considera pertinente suas reflexões em torno Psicologia não na medida em que esta se institucionaliza e é entronizada como ciência, mas na medida em que funciona enquanto forma cultural. Isto porque o que está em jogo é não a legitimação de métodos ou enunciados, mas a emergência de práticas oriundas de diferentes tradições registros como a confissão, o inquérito e a entrevista que “adentraram os domínios da Psicologia, passando a funcionar ali em regime de regularidade científica ao longo do século XX, firmando-se como técnicas e instrumentos de intervenção psicológica amplamente utilizados pelos psicólogos” (PRADO-FILHO, 2014, p. 107).

A emergência do regime disciplinar e o advento dos saberes psicológicos

Sibilia (2004) assinala que cada época possui uma *forma-subjetividade* específica, tributária de uma articulação bastante particular entre vetores biológicos-econômicos-sociais existentes em cada estrato histórico. Por sua vez, se a noção de interioridade tem feito parte de nossa experiência subjetiva, ela corresponde a um efeito de um modo de subjetivação que tem imperado de maneira hegemônica nos três últimos séculos no mundo ocidental. Trata-se, portanto, de uma invenção datada, pertencente “a um tipo de formação subjetiva que emergiu num contexto determinado e em função de certas linhas de força que lhe deram origem” (SIBILIA, 2004, p. 05).

Nesse sentido, a autora recorre aos escritos foucaultianos para explicitar como práticas discursivas e não-discursivas fabricaram o que hodiernamente se entende por *interioridade*. No entanto, vale destacar que a autora não empreende uma investigação objetivando encontrar a origem remota dessa concepção, nem muito menos o seu refinamento teórico ao longo dos séculos. Ao utilizar o pensamento de Michel Foucault, Sibilia (2004) procura indagar como nos tornamos o que somos e o que estamos deixando de ser. Desse modo, menos que fazer uma narrativa dos grandes nomes da história e suas obras, enfatizaremos, na esteira das considerações foucaultianas, a emergência de certas discursividades que coadunaram para a composição desse cenário contemporâneo que faz com que a interioridade, reduto místico e incompreensível, se apresente como algo inerente e singular em cada indivíduo.

Uma das primeiras figuras evocadas para esse empreendimento consiste em Santo Agostinho, que recebeu o título de “pai da interioridade”. A idiossincrasia de suas considerações reside no fato de ser identificável em seus escritos uma espécie de incitação a uma auto-exploração de si como uma forma de chegar até Deus. O olhar para *dentro* torna-se uma estratégia de reflexão que, segundo Agostinho, permite ao homem encontrar sua verdade e, conseqüentemente, a transcendência. Para Sibilia (2004, p. 06), esse movimento hermenêutico sobre si, impelido por Agostinho, corresponde a “uma primeira formulação do ‘interior’ do sujeito como o lugar da verdade e da autenticidade [e que, posteriormente, irá emergir como] um elemento fundamental da cultura moderna”. É fato que a menção ao si, observa Sibilia (2004), não pode ser vinculado a nenhuma referência à nossa atual noção de *eu*. Entretanto, a autora assinala que tal alusão já mostrava indicativos de um deslocamento, que mais tarde seria endossado por Rene Descartes, ao reivindicar a centralidade do homem, e mais precisamente, do cogito enquanto fundamento para a existência do eu.

A visão cartesiana intenta também levar o indivíduo a *voltar-se para dentro*. No entanto, diferente de Agostinho, o propósito seria agora não mais Deus e sim o encontro consigo mesmo, pois através desse momento adquire-se uma clareza e uma completude de auto-presença, aspecto este até então ainda não visto. Desta forma, “a idéia de interioridade continua polindo seus contornos, ganhando cada vez mais autossuficiência junto às capacidades autônomas de ordenamento por meio da razão” (SIBILIA, 2004, p. 07). Outro acontecimento, sublinhado pela autora, refere-se ao momento em que, exemplificado pela figura de Lutero, passou-se a “pregar o exame livre da Bíblia como o da própria consciência” (SIBILIA, 2004, p. 07). Diante disso, a relação com Deus já não se fazia mais mediada por rituais eclesiais, era no isolamento, em comunhão com sua interioridade que a relação com Deus, doravante, poderia se estabelecer.

Ainda sobre a questão da leitura, Sibilia (2004, p. 08) aponta como o modo de ler em silêncio emergiu enquanto uma *novidade histórica* que

“constituiu tanto um efeito como uma contribuição para a edificação desse espaço interior que passaria a ser o âmago das subjetividades ocidentais”. Vista inicialmente nos grandes mosteiros medievais, a *leitura isolada*, emergiu como uma tentativa de, privando-se dos estímulos externos, alcançar a compreensão íntima. Com efeito, tornava-se possível um maior contato com a própria interioridade, um espaço e momento que passou, aos poucos, a ser cada vez mais desejado, com o propósito de ser ora interpretado, ora enriquecido, ora zelado.

Além disso, o exercício da escrita também foi um interessante recurso para a “coagulação da interioridade como aquele lugar misterioso, rico e sombrio, localizado ‘dentro de nós’” (SIBILIA, 2004, p. 07). Por meio dessa experiência individual, operava-se uma ruptura com o mundo exterior, criando uma espécie de película, o qual no interior dela, residiria os sentimentos, as idéias, as emoções, os pensamentos. O gênero discurso do ensaio pessoal, usado por Miguel Montaigne, se apresenta como um exemplo expressivo desse artifício. Nele, havia um aprofundamento de si e da noção de interioridade por meio da escrita. Segundo Sibilia, (2004) era no desenrolar das palavras - produzidas em total solidão - que o escritor ia adquirindo noção de sua própria forma, de sua excentricidade.

A leitura privada, assim como a escrita intimista, trouxe consigo um novo terreno de produção de subjetividade, visto que não era um processo restrito apenas àqueles que escreviam, mas também atravessava os que eram leitores desse regime literário. Para estes, ao ter acesso à vida interior de inúmeros personagens fictícios, abria-se uma possibilidade de *identificação e reconhecimento* com sua própria interioridade. E tais deslocamentos não ficaram limitados à dimensão individual: eles também foram sendo gradativamente materializados, no âmbito arquitetônico. De acordo com Sibilia (2004), o culto à interioridade demandava também a necessidade de um espaço reservado, um certo refúgio resguardado das hostilidades que o meio público apresentava. Foi nesse cenário que nasceu a casa burguesa, agora definida em outros termos, descolada de qualquer coextensividade com o meio público; o quarto com um teor mais íntimo, onde a vida interior poderia ser preservada de olhares estranhos, ficando mais à vontade, permitindo também uma série de outros prazeres até então desconhecidos. “Assim, a indagação do eu foi ganhando importância crescente na cultura ocidental, até se converter numa atividade frenética que instava a empreender fascinantes viagens auto-exploratórias” (SIBILIA, 2004, p. 09), produzindo um tipo de sujeito - *homo psychologicus* - que organiza suas experiências ao redor, do que poderíamos nomear, como vida *interior*.

Para Sibilia (2004) essa é, fundamentalmente, uma das grandes marcas constitutivas da modernidade, mas que nos últimos anos tem sofrido intensas mudanças, ocasionando uma redefinição até mesmo na própria concepção dessa noção. Fenômenos contemporâneos como a aceleração, a virtualização, a globalização, bem como a digitalização, sublinha a autora, estariam sinalizando um certo declínio “daquela esfera interior que costumava definir o *homo psychologicus*, em proveito de outras construções identitárias baseadas em novos regimes de constituição das imagens do corpo e do eu” (SIBILIA, 2004, p. 11). Parece estar em pleno andamento um deslocamento das explicações que gravitam pela noção de vida psíquica, sentimentos, desejos para uma primazia das explicações biológicas, constituídas pela sensorialidade e visibilidades instantâneas. A performance e o exibicionismo seriam, escreve Sibilia (2004), mecanismos emergentes de subjetivação que estariam animando a construção e o consumo identitário contemporâneo, fazendo com que a introspecção nos termos antigos, cuja finalidade era o conhecimento de si, perdesse espaço para a experiência de espetacularização do eu.

Face a esse cenário, o corpo passa a ser o palco dessa sociedade, um lugar de comunicação, informação, desejos e imagens. Até então, considerado como um abrigo para o desenvolvimento de uma vida interior, o corpo torna-se, agora, artefato privilegiado para um design epidérmico. Na percepção de Sibilia (2004), as profundezas do espírito vêm sucumbindo diante do imperativo da imagem e da instantaneidade, pois a *verdade* íntima do indivíduo passa a ser definido em outros termos, trabalha-se com a performance, com a imediaticidade e efemeridade. No século XXI as pessoas são incitadas a se mostrarem, a expor sua intimidade e o seu dia-a-dia - e até mesmo os seus corpos - a tudo e a todos. Em um tempo em que se clama por notoriedade, presenciamos um movimento de tornar a própria vida cotidiana em (mais) um objeto de consumo.

Em sua expressão cotidiana, os afazeres do dia são transformados em uma espécie de *show da vida comum*, fazendo com que os limites entre o público e o privado se apresentem, cada vez mais, borrados. Conforme coloca Sibilia (2015), são esses elementos que estão, em grande medida, constituindo as experiências contemporâneas, tornando-a cada vez mais exteriorizada, visto que

[...] o mais significativo dessa mutação é que as novas subjetividades não se constroem a partir de um cerne considerado interior e profundo, oculto e impalpável, mas elas se realizam no campo do visível: performam suas existências na visibilidade. São modos de ser e estar no mundo capazes de exibir o que são na superfície da pele ou das telas, com a valiosa ajuda dos novos recursos audiovisuais e interativos. (SIBILIA, 2015, p. 144).

Segundo Bruno (2013) esta exteriorização da subjetividade parece colocar lado a lado o que era da ordem do visível - aparência - e o que era da ordem do (in)visível - essência. Para a subjetividade moderna, a intimidade era o lugar do segredo e da verdade: um espaço que não era de acesso livre a qualquer pessoa, uma esfera de recolhimento diante do olhar do outro, um refúgio onde era possível ser *quem de fato se era*. Nos regimes de visibilidade atuais, essas máximas são subvertidas, assim como o sentido de intimidade, que se volta para fora, em um movimento de exteriorização daquilo que era do campo do invisível. Entra-se em uma frenética busca por uma conquista de um olhar que lhe proporcione a visibilidade requerida, configurando todo um campo de cuidados com o que Ehrenberg (1995) denomina "aparência interior". (BRUNO, 2013, p 68). O conceito de *extimidade* traduz esse movimento contemporâneo de o indivíduo comunicar ou expor o seu mundo interior ao outro, materializada em uma intimidade lançada para fora, dirigida ao olhar curioso do outro (BRUNO, 2013).

O que ocorreu, ao longo do século XX, e mais precisamente em sua segunda metade, consiste em um ritual de passagem de um corpo disciplinado para um corpo transparente. Esta instância que outrora era regida sob o crivo do velado - lugar representacional da intimidade, do sagrado e do mistério - passa a ser conhecida a partir de outro prisma de inteligibilidade. Ela é (des)velada, nada mais tem a esconder, mas tudo pode mostrar. Um corpo que passa a ser um valioso objeto de consumo que alimenta um mercado sedento por transparência em todas as esferas da vida.

Pimentel e Bruno (2006), colocam que um dos principais acontecimentos desse último século consiste na irrupção das biotecnologias, sobretudo no que diz respeito a abertura que tais avanços operaram na capacidade de manipulação do material genético. Com efeito, para os autores, a problemática da constituição do sujeito tornou-se, na contemporaneidade, ainda mais constante e intensa, pois a grade de análise na qual a identidade passou a ser decifrada tem sido cada vez mais estreitado com o

entendimento biológico da forma-homem. Utilizando o âmbito da saúde enquanto domínio privilegiado de análise, os autores procuram evidenciar que a propagação dos enunciados ligados as ciências biológicas vem produzindo um outro regime de verdade, com “novos registros de experiência do corpo, de sua temporalidade, de sua saúde e doença” (PIMENTEL; BRUNO, 2006, p. 12). Com o mapeamento do genoma, por exemplo, *revelou-se* um novo corpo, uma nova instância composta por um “grande estoque de virtualidades” (PIMENTEL; BRUNO, 2006, p. 12). Por conseguinte, instaurou-se também um novo regime de “cuidados e inquietações relativo às virtualidades do corpo – as enfermidades que se pode vir a ter, o envelhecimento a retardar, a expectativa de vida a aumentar” (PIMENTEL; BRUNO, 2006, p. 12).

De acordo com Ortega (2003, p. 59), a ênfase dada aos inúmeros procedimentos de cuidados, seja corporal, médicos, higiênicos e estéticos têm levado a formação “de identidades somáticas, às bioidentidades, as quais têm deslocado para a exterioridade o modelo internalista e intimista de construção e descrição de si”. E com elas também, a produção de uma outra forma de sociabilidade, o qual os aspectos somáticos (saúde, performances corporais, doenças específicas) tornam-se os balizadores sobre qual tipo de relação pode-se assumir – o que Rabinow (1999) intitulou de *biossociabilidade*. A consolidação desses avanços no tecido social tem minado qualquer possibilidade de preservação de uma cultura intimista, pois a singularidade, mediante essas novas práticas, tem sido definida mais corporalmente do que psiquicamente. De acordo com Rose (2003), um tipo de individualidade somática o qual a experiência subjetiva se inscreve, fundamentalmente, em termos corporais. E como pano de fundo dessa nova figura está a noção de risco composto pelo “imperativo do cuidado, da vigilância e da ascese constante de si” (ORTEGA, 2003, p. 66). Com efeito, transforma-se o corpo no novo lugar da moral, assim como também, a matriz da identidade pessoal, fazendo com que o somático se torne o ‘reflexo do eu’, excessivamente trabalhado, manipulado e performatizado.

Dada as intensas mudanças impulsionas, sobretudo, pelas biotecnologias, não é por acaso que Hüning (2014) as considera enquanto um novo dispositivo de subjetivação existente nas sociedades contemporânea. A autora equipara o lugar que tais tecnologias ocupam atualmente com o que antes era relacionado ao dispositivo da sexualidade, no sentido proposto por Foucault (2009), tendo em vista que “a noção de eu já não se ancora primordialmente, ou necessariamente, na concepção de um sujeito sexual” (HUNING, 2014, p. 187). A emergência das biotecnologias, por sua vez, tem engendrado outras formas de vida, borrando as fronteiras do humano e não humano, orgânico e não orgânico. O desejo de um corpo-transparente, alcançado no ideal representacional da Ressonância Magnética – que nada esconde, mas tudo revela – se expande para além do corpo-biológico, alcançando esferas antes impensadas. A tecnologia é capaz de ver dentro de nossos corpos, desmetaforizando e conduzindo até seu sentido literal a máxima de Saint-Exupéry (2005, p. 53) em *O Pequeno Príncipe* que “só se vê bem com o coração”, hoje poderíamos supor que a tecnologia ajuda a ver bem o que se passa no interior não só do nosso corpo, mas também do nosso coração. Vê o nosso íntimo e o lança para fora, externaliza nossos desejos, sentimentos e percepções.

A singularidade desse momento histórico, escreve Hüning (2014), reside no fato de que essa espécie de novo vocabulário interpretativo acerca do humano vem sendo cada vez mais acionado enquanto princípio de inteligibilidade para a sua compreensão. Nesse sentido, os questionamentos que animam as perguntas a respeito dessa figura, já não transitam mais pela dimensão do sentido e dão margem para uma interpretação polissêmica, ao

invés disso, essas novas tecnologias têm compreendido a forma-homem enquanto um código informacional a ser decifrado.

O corpo-íntimo passa a ser um corpo-informação. Lima (2004) analisa as formas de problematização das relações entre corpo e novas tecnologias realizadas pelas produções discursivas da mídia e do campo acadêmico que balizam as formas como que passamos a reconhecer o corpo. Segundo o autor, podemos perceber alguns indicadores que apontam para uma nova formação discursiva e práticas imagéticas que parecem anunciar a passagem para um modelo de corpo-informação, anunciando uma (outra) forma de relação entre o corpo e as novas tecnologias.

O corpo-informação emerge, fundamentalmente, do cruzamento da cibernética, a biologia molecular e tecnologias da informação que acabam por dar suporte ao mais recente paradigma tecnológico: o molecular-digital. A partir de então o corpo humano deixa de ter uma arquitetura predominantemente orgânica e mecânica para constituir-se como um 'sistema de informação'. O que define o organismo vivo é o envio e recepção de mensagens, é o código genético inscrito no DNA (LIMA, 2004, p. 112-3).

O processo de constituição do corpo enquanto um sistema de informação produziu um intenso movimento investigativo, na tentativa de *descobrir* o funcionamento e o provável domínio sobre os fenômenos que o atravessam, sobretudo dos processos de vida e morte, que tem se mostrado como a marca constitutiva de nossa época. O corpo-informação, revestido de toda tecnologia, parece revelar-nos as nossas necessidades, vontades e até mesmo os nossos mais íntimos desejos. De acordo com Sibilia (2008), esse deslocamento do interior para o exterior, do quarto para a tela e da alma para o corpo nos aponta para um redimensionamento de relações de saber/poder. No bojo dessas relações, o corpo contemporâneo surge como algo que precisa ser melhorado, ampliado, ajustado e criado. Ele parece ser um molde privilegiado que se adapta e se recria mediante às práticas discursivas de certo momento histórico, se adaptando as significações sociais. O corpo é hoje – semelhante ao que a alma ou a psique foram antigamente – o grande laboratório onde se redesenha e decifra a própria condição humana.

A vida, por sua vez, parece estar se tornando, gradativamente, mais transparente, dispensando legendas e explicações, sua função parece se restringir em, tão somente, converter o corpo em informações úteis. Essa passagem de um vocabulário baseado nos processos biológicos e nas funções orgânicas para uma linguagem puramente informacional - revelando um certo borramento nas fronteiras (homem x máquina; biológico x tecnológico) que asseguravam ainda algum extrato da vida inacessível à biotecnologia - nos aponta para a emergência de alguns campos de saberes e o declínio de outros.

Segundo Larrosa (2002), nestas condições, a relação entre conhecimento e vida é, justamente, uma espécie de apropriação utilitária, uma forma de "conhecimento" para as necessidades do que chamamos - e criamos - de *vida*. Tal movimento faz emergir novos modos pelos quais podemos falar da vida e de nós mesmo, assim como novos modos de experienciar, vivermos e governarmos que hoje permanecem inscritos no contexto dessa conversão da biotecnologia no grande "referente político, epistemológico, ontológico e ético" (HUNING, 2014, p. 190).

À guisa de conclusão: (des)encontros entre os regimes de visibilidade e os saberes psicológicos

Todo o caminho trilhado até aqui, parece querer nos conduzir a uma linha de análise que coloca em xeque a co-existência entre os novos regimes de visibilidade e o primado da interioridade advinda dos saberes psicológicos. Estaria, então, decretado o fim da Psicologia e dos discursos que sustentariam uma interioridade *psi*? Poderíamos anunciar o falecimento da psicologia em referência às novas modulações tecnológicas, encontrando como marca de referência a biotecnologia? Seríamos, nós, os anunciadores de um saber vencedor e de outro derrotado? Precisamente que não. Foucault (2000) já nos apontava que a morte do Homem não implica na morte dos saberes sobre o Homem. E nos atentar para as rupturas, próprias ao processo histórico, parece nos fazer olhar para os pontos de corte e para possíveis (des) encontros e dissensos que emergem quando analisamos as partes – e não o todo.

Destarte, a tentativa de articular esses fenômenos, se deu em virtude de certos “vestígios” que estariam apontando para um (novo) modelo de sociedade. Uma forma emergente de organização social consubstancializada numa vontade de exposição e de transparência, que estimula um desnudamento completo da vida – íntima, biológica, social e política. Pelbart (2013), em sua obra *O avesso do nihilismo – cartografias do esgotamento*, já nos fornecia alguns indicativos acerca de um outro modo de controle da vida das populações baseada, em certo limite, no “rebaixamento biologizante da existência” (PELBART, 2013, p.14). As novas tecnologias que se apropriam do campo outrora pertencente ao domínio psicológico são modelos de poder/saber que parecem se acoplar a uma lógica biopolítica e neoliberal de gestão da vida.

Logo, o leitor pode estar inquieto acerca dos “resultados” desse artigo. O que propomos, então? Uma aversão às biotecnologias e às formas técnicas de gerir a vida? Um saudosismo romântico às teorias psicológicas? Nem um, nem outro. O nosso intento é assinalar que a explicitação de uma certa forma de experiência subjetiva – seja ela interior ou exterior – é também o anúncio de inúmeros mecanismos de poder em pleno funcionamento que, constitutivos aos discursos contemporâneos, fazem emergir (novos) regimes de verdade. Assim, menos que um processo de substituição das explicações psicológicas por outras vinculadas ao campo biotecnológico, na esteira do pensamento de Rose (2014), acreditamos que o que se irrompe atualmente consiste muito mais em uma reconfiguração extremamente complexa, que toma forma, sobretudo, a partir da articulação entre esses vários campos (biológico, psicológico, social).

Mediante a veiculação massificadora do discurso “*bios*” agindo na produção de subjetividades, vemos surgir um processo de naturalização do vocabulário neurocientífico, fazendo com que termos como *serotonina*, *antidepressivos*, *neurotransmissores*, *transtorno mental*, sejam incorporados ao cotidiano das pessoas, influenciando, em muitos casos, o modo como experimentam a vida. Com efeito, escreve Pimentel e Bruno (2006, p.16),

[...] o saber psicológico se afasta da construção de uma interioridade seja decifrando o desejo, ou observando e registrando as condutas, pensamentos e paixões - para aproximar-se da incitação da responsabilidade frente aos riscos genéticos. Estes não envolvem nenhum jogo de significantes, ou profundidade inconsciente, constituindo um regime de verdade, no qual o mais verdadeiro é aquilo que está na superfície, visível e exposto. Quando levamos em conta que uma das visões frequentes da psicologia opera em uma tensão entre interior e exterior, onde o mental se apresenta como uma dimensão íntima ou privada que se esquia à observação, a história mostra-nos a contingência dessa concepção. É bem

provável que uma outra matriz histórica, que não é mais a disciplinar, esteja entrando em vigor no jogo entre sujeito, poder e verdade.

Em todo caso, seja na problemática do inconsciente ou na eficiência da terapia comportamental; seja na noção de *psiqué* ou nas grandes descobertas das neurociências; seja na ideia de interioridade ou no movimento de exteriorização dos novos regimes de visibilidade, temos elementos que parecem nos apontar que os saberes não estão naturalmente ligados, se há uma aproximação, há também formas distintas de poder que se exercem para mantê-las unidas ou, radicalmente, separadas (FOUCAULT, 2007). Portanto, considerando a lição de Foucault ao nos mostrar como os saberes são datados, emergindo dentro de uma situação histórica específica com determinada finalidade, não podemos cair na armadilha de anunciar uma espécie de denúncia quanto a uma possível biologização da vida, nem muito menos, endossar qualquer tipo de nostalgia frente a possibilidade de extinção da psicologia como a entendemos atualmente. Cabe a nós – curiosos – nos situarmos nesse novo momento histórico, com o propósito de explicitar seus riscos e os efeitos dessa nova transmutação no campo dos saberes e das práticas.

Sobre o artigo

Recebido: 23/04/ 2017

Aceito: 13/06/2017

Referências bibliográficas

AZAMBUJA, M. A. **Da alma para o corpo e do corpo para o cérebro: os rumos da psicologia com as neurociências**. 2012, 219f. Tese (Doutor em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRUNO, F. **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre - RS: Sulina, 2013.

EHRENBERG, A. **Le culte de la performance**. Paris: Hachette Littérature, 1995.

FERREIRA, A. A. L. O surgimento histórico do domínio da subjetividade e a constituição do Campo psicológico. **Minemosine**, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 24-51, 2005.

FOUCAULT, M. Teorias e instituições penais. In: FOUCAULT, M. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)** (Trad: DAHER, A.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 17-24, 1997.

FOUCAULT, M. Filosofia e Psicologia. In: FOUCAULT, M. **Ditos & escritos I: Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. (Org.) MOTTA, M. B. (Trad.: RIBEIRO, V. L. A.) 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, p. 199-209.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento da prisão**. (Trad. RAMALHETE, R.) 26 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Org. e Trad.) MACHADO, R. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** (Org. e trad.) MACHADO, R. 19 ed. São Paulo Edições Graal, 2009.

HÜNING, S. M. A psicologia na rede das novas biotecnologias. In: GUARESCHI, N. M. et al. **Psicologia, formação, políticas e produção em saúde.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 167-183.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Trad: GERALDI, J. W. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n 19, 2002, p. 20-28.

LIMA, H. L. A. **Do Corpo-Máquina ao Corpo-Informação: o pós-humano como horizonte biotecnológico**, 2004, 330f. Tese (Doutor em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004

ORTEGA, F. Práticas de ascese corporal e constituição de bioidentidades. **Cadernos de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2003, p. 59-77.

PELBART, P. P. **O Avesso do Niilismo: cartografias do esgotamento.** São Paulo: N-1 Edições, 2013.

PIMENTEL, C. P.; BRUNO, F. Corpo, sujeito e visibilidade: implicações das biotecnologias sobre a tópica da interioridade. **Interações**, São Paulo, v. 12, n. 22, 2006, p. 01- 20.

PRADO-FILHO, K. Para uma genealogia da psicologia. In: GUARESCHI, N. M. F.; AZAMBUJA, M. A.; HÜNING, S. M. (Orgs.) **Foucault e a psicologia na produção de conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 107-146.

PRADO FILHO, K; GERALDINI, J. R.; CARDOSO FILHO, C. A. Trajetórias analíticas em Vigiar e Punir. **Estudos Contemporâneos da Subjetividade – ECOS**, Niterói, v. 4, n. 1, 2014, p. 123-132.

PRADO FILHO, K.; TRISOTTO, S. A Psicologia como disciplina da norma nos escritos de M. Foucault. **Revista Aulas - Dossiê Foucault**, Campinas, v. 1, n. 3, 2007, p. 1-14.

RABINOW, P. Artificialidade e iluminismo: da sociobiologia à biossociabilidade. In: RABINOW, P. **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow.** (Org e Trad) BIEHL, J. G. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 135-158, 1999.

ROSE, N. **Neurochemical selves.** *Society*, v. 41, n. 1, 2003, p. 46-59.

ROSE, N. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI.** São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N. Prefácio. In: GUARESCHI, N. M.; AZAMBUJA, M. A.; HÜNING, S. M. **Foucault e a psicologia na produção de conhecimento.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, p. 13-20.

SAINT-EXUPERY, A. **O pequeno príncipe.** Rio de Janeiro: Agir, 2005.

SIBILIA, P. Do homo psico-lógico ao homo tecno-lógico: A crise da interioridade. **Semiosfera**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 7, 2004, p. 01-14.

SIBILIA, P. **O show do eu: A intimidade como espetáculo.** 1 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SIBILIA, P. O universo doméstico na era da extimidade: Nas artes, nas mídias e na internet. **Revista Eco-Pós** (Online), Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2015, p. 132-147.